



ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL Nº ___/20__ - UFLA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS E A UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PISA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, a UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, Brasil, no Campus Universitário, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, doravante denominada UFLA, neste ato representada por seu Diretor de Relações Internacionais, Professor ANTONIO CHALFUN JÚNIOR, portador da Cédula de emitida pela SSP/MG e do CPF l no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/Reitoria nº 370, de 11/04/14, e, de outro lado, a UNIVERSIDADE DE PISA, com sede na cidade de Pisa, Itália, em Lungarno Pacinotti, 43, doravante denominada UNIPI, neste ato representada por seu Reitor Pro Tempore Prof. PAOLO MARIA MANCARELLA, decide celebrar este **ACORDO** DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL, que será regido e construído em todos os aspectos de acordo com a Lei nº 9.394/1996, artigo 53, inciso VII, bem como com a Lei Federal 8.666/1993 e com as demais legislações sobre o assunto que amparam as seguintes cláusulas e disposições para as atividades que serão desenvolvidas e/ou realizadas no Brasil; e em conformidade com a legislação italiana para as atividades que serão desenvolvidas e/ou realizadas na Itália.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto o estabelecimento de parceria internacional com o escopo de promover o intercâmbio de discentes, de caráter amplo, em nível de graduação e de pós-graduação, e o intercâmbio de docentes pesquisadores e técnicos administrativos, entre a **UFLA** e a **UNIPI**.



SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – No intuito de alcançar o objeto de que trata o caput da presente cláusula, as partícipes cumprirão o Plano de Trabalho, anexo a este Instrumento, elaborado de acordo com o disposto na legislação







vigente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA — Para os fins do presente Acordo, entender-se-á por instituição anfitriã a partícipe que receber discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos para intercâmbio dentro do escopo do presente Instrumento; e por instituição de origem a partícipe da qual o discente, docente, pesquisador ou técnico administrativo, participante do programa de intercâmbio, fizer parte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

As partícipes concordam em promover intercâmbios entre discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos das respectivas instituições, oportunidade em que estes cumprirão as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA— As partícipes, enquanto instituição anfitriã, deverão enviar ao órgão apropriado da instituição de origem, ao final da estada do discente, documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA— A partícipes se comprometem a promover a integração dos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos na vida acadêmica da instituição anfitriã, bem como a prover apoio, por meio de suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais, incluindo auxílio na procura de moradia, orientação e apoio acadêmico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INTERCÂMBIO DE DISCENTES

Os discentes serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios dessa instituição, e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA— Os discentes pagarão todas as taxas de matrícula e mensalidade na sua instituição de origem, não sendo cobradas taxas, de qualquer ordem, na instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA— O pagamento de qualquer outra atividade que não seja um curso regular oferecido pela instituição anfitriã será de responsabilidade do próprio discente.





SUBCLÁUSULA TERCEIRA— Os discentes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem e à alimentação, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por outros gastos com subsistência.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – DRI

Telefone: +55 (35) 3829-1858 **=** E-mail: dri@ufla.br



Parágrafo único - Dentro das disposições orçamentárias de cada instituição, a hospedagem e a alimentação poderão ser ofertadas pela instituição de destino de forma recíproca, detalhadas em Plano de Trabalho específico.

SUBCLÁUSULA QUARTA— Os discentes deverão submeter-se aos regulamentos e demais procedimentos acadêmicos existentes na instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Inicialmente, o intercâmbio será de, no máximo, 3 (três) estudantes por ano de cada parte. Os candidatos à mobilidade na UNIPI serão aceitos considerando-se os prazos e procedimentos definidos pelo Programa de Intercâmbio Estudantil.

SUBCLÁUSULA SEXTA- É <u>vedado</u> o intercâmbio aos estudantes de graduação da UFLA que:

- a) Não tenham concluído, pelo menos, 10% da carga horária total de sua matriz curricular;
 - b) Estiverem em estágio curricular obrigatório; e
- c) Estiverem matriculados no último semestre letivo, quando este significar o cumprimento do tempo máximo de integralização.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Anualmente, as partícipes definirão os aspectos do intercâmbio, tais como áreas, cursos, períodos acadêmicos, entre outros, por meio de Plano de Trabalho específico.

SUBCLÁUSULA OITAVA - Os discentes deverão possuir um seguro saúde com cobertura ampla, válido pelo período de estudos no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação desse seguro será dos próprios discentes.

SUBCLÁUSULA NONA - Os discentes deverão ter o visto apropriado, válido pelo período de estudos no país anfitrião.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - As partícipes, enquanto instituição de origem, reconhecerão os resultados acadêmicos obtidos pelo discente na instituição anfitriã, com base em plano de trabalho previamente acordado entre as partícipes e em seus créditos e/ou carga horária.

CLÁUSULA QUARTA – DO INTERCÂMBIO DE DOCENTES, PESQUISADORES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos interessados em participar do intercâmbio de que trata a presente Cláusula serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios por ela estabelecidos e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.







UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – DRI

Telefone: +55 (35) 3829-1858 **=** E-mail: dri@ufla.br



SUBCLÁUSULA PRIMEIRA— O intercâmbio de docentes, pesquisadores e técnicos administrativos será realizado em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho específico, anexo ao presente Instrumento, definido de comum acordo entre as partícipes, contendo as atividades, os períodos, o financiamento, a coordenação, entre outros aspectos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA— Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos participantes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por seus gastos com subsistência, a menos que esses gastos estejam incluídos em bolsa concedida nos termos da legislação vigente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA— Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos deverão possuir seguro-saúde com cobertura ampla, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação do seguro será dos próprios docentes, pesquisadores e técnicos administrativos.

SUBCLÁUSULA QUARTA— Os professores, pesquisadores e técnicos administrativos devem possuir visto apropriado, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A instituição anfitriã não assumirá responsabilidade civil, judicial ou extrajudicial em relação a nenhum evento danoso que possam sofrer os discentes, docentes pesquisadores e/ou técnicos administrativos, que participem dos programas de intercâmbio, sejam esses delitos, contravenções, acidentes ou enfermidades de qualquer natureza.

SUBCLÁUSULA ÚNICA — A responsabilidade civil prevista como resultado de delitos ou fatos danosos ou culposos que possam ser cometidos por servidores ou funcionários da instituição anfitriã, não será alcançada pela exclusão de responsabilidade prevista no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - DA SUPERVISÃO

As partícipes designarão suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais como supervisoras das atividades resultantes do presente Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA COORDENAÇÃO





No âmbito da **UFLA**, a coordenação executiva e administrativa do intercâmbio de discentes da graduação caberá à Diretoria de Relações Internacionais e a coordenação acadêmica caberá a um docente da **UFLA**, especificamente designado. No âmbito da **UNIPI**, a coordenação do intercâmbio





de discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos caberá a um docente da instituição especificamente designado.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Toda e qualquer questão derivada da aplicação e da interpretação deste Instrumento, será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos respectivos coordenadores, que deverão envidar esforços para superar as diferenças suscitadas.

CLÁUSULA OITAVA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo, inclusive o direito de exploração econômica de obras científicas ou literárias, resultantes das ações desenvolvidas no âmbito do presente Acordo serão objeto de instrumento específico, observando-se em qualquer caso, as normas jurídicas aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Instrumento não implica compromissos financeiros entre as partícipes. O pagamento dos custos inerentes às atividades eventualmente acordadas correrá por conta de cada uma das partícipes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – É vedada a indenização de uma partícipe à outra, bem como a transferência de recursos financeiros entre si.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RECIPROCIDADE

Cada partícipe oferecerá aos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos que a visitem, um tratamento similar ao dos próprios, tornando possível o acesso aos serviços necessários e reconhecendo os estudos realizados na outra Instituição, nos limites da legislação em vigor em ambos os países.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento é de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua última assinatura, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do vencimento, mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES



O presente Acordo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a formalização de um instrumento jurídico específico pelas partícipes.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA

Qualquer das partícipes poderá denunciar o presente Instrumento, a qualquer tempo e independentemente de justo motivo, desde que comunique a outra a sua intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, fazendo jus aos benefícios ou vantagens até então auferidas e arcando com as responsabilidades das obrigações assumidas durante a respectiva vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA RESCISÃO

Constitui motivo para a rescisão deste Acordo de Cooperação Internacional o inadimplemento de quaisquer das cláusulas aqui pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partícipes, podendo ser firmados, se necessário, termos aditivos que farão parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ASSINATURA

As Partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, incluindo assinaturas eletrônicas da plataforma DocuSign (www.docusign.com), observados os padrões de segurança das respectivas normas nacionais, preservando a garantia de autoria, autenticidade e integridade dos documentos eletrônicos. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das partes ao presente Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

Caberá à **UFLA** proceder à publicação do extrato do presente Instrumento no *Diário Oficial* da União, no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, bem como em seu Boletim Interno.

SUBCLÁUSULA ÚNICA–A **UNIPI** dará publicidade ao presente Instrumento de acordo com as leis da Itália.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO





Os signatários concordam em resolver de forma amigável qualquer controvérsia resultante da interpretação deste acordo. Caso a controvérsia não possa ser resolvida da forma indicada acima e quanto aos direitos disponíveis, a questão será encaminhada para arbitragem. Cada parte nomeará um membro do painel de arbitragem, e outro membro será escolhido de comum acordo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – DRI

Telefone: +55 (35) 3829-1858 = E-mail: dri@ufla.br



E, assim, por estarem justas e acordes, as partícipes assinam o presente Instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, sendo duas vias na língua portuguesa e duas em inglês, para os mesmos efeitos legais, na presença de duas testemunhas instrumentárias abaixo subscritas.

p/ UFLA p/ UNIPI

Lavras, Brasil, 14 de setembro de 2021 Pisa, Itália, 09 novembre 2021



Antonio Chalfun Júnior Diretor de Relações Internacionais

Podo Maria Mandanda Podo Maria Mandanda rranzastazzasa

Prof. Paolo Maria Mancarella Reitor

TESTEMUNHAS:

Modes a second

Nome: Noelly Alves Lopes

Documento:

Police (no Dilaid)

1 Land (no Dilaid)

1 Land (no Dilaid)

Nome: Pedro Ivo Diniz



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DRI

Telefone: +55 (35) 3829-1858 = E-mail: dri@ufla.br



PLANO DE TRABALHO I - DADOS CADASTRAIS

TIPO DE INSTRUMENTO

ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

PARTÍCIPE 1					
1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO	2. RAZÃO SOCIAL			3. CNPJ/MF	
Partícipe	UNIVERSIDADE FEDE	RAL DE LAVRAS		22.078.679/0001-74	
4. ENDEREÇO DA SEDE (AV.,	RUA, Nº, BAIRRO)				
Campus Universitári	o da UFLA				
5. CIDADE/ESTADO		6. CEP	7. TELEFONE	8. FAX	
Lavras/MG		37.200-900 (35) 3829-1502			
9. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL				10. CPF/MF	
Antonio Chalfun Jú					
11. IDENTIDADE	12. ÓRGÃO EXPEDIDOR	13. CARGO		14. DATA VENC. MANDATO	
	SSP/MG	Diretor de Relações Internacionais		30/05/2024	
15. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)			16. MATRÍCULA SIAPE		
dri@ufla.br					

PARTÍCIPE 2					
1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO	2. RAZÃO SOCIĄL				
Partícipe	UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PISA				
	3. endereço da sede (av., rua, nº, bairro) Lungarno Pacinotti, 43				
4. CIDADE/ESTADO		5. CEP	6. TELEFONE		
Pisa, Itália		+39 050 2212380			
7. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL 8. IDENTIDADE / F			8. IDENTIDADE / PASSAPORTE		
Paolo Maria Mancarella					
9. CARGO			10. DATA VENC. MANDATO		
Reitor Pro-Tempore 31/10/2022			31/10/2022		
11. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) cooperations@unipi.it					

II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

1. TÍTULO

Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional entre a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Università degli Studi di Pisa (UNIPI).

2. BASE LEGAL

Este plano de trabalho, referente ao Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional celebrado entre a **UFLA** e **UNIPI**, justifica-se na medida em que atinge a pluralidade de significados atribuídos ao "interesse público", como o interesse pessoal de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que agem como "participantes de uma comunidade maior a qual pertencem". Neste caso, refere-se ao interesse dos alunos, docentes e pesquisadores ao se beneficiarem do intercâmbio entre as partícipes.





O interesse público também está ligado ao interesse do Estado como Administração Pública, e, outrossim, incluído nesta proposta que converge com o interesse da UFLA como membro especial da autoridade de Administração Indireta da União para intensificar a sua política de internacionalização.

Finalmente, destaca-se ainda a interpretação do interesse público relacionado com a garantia dos direitos fundamentais, entre os quais os direitos sociais. O acordo proposto é, a partir dessa perspectiva, relevante, uma vez que afeta interesses relacionados com a educação (direitos sociais consagrados no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), permitindo iniciativas de formação e produção de conhecimento.

O presente Plano de Trabalho seguirá, no que couber, os ditames da Lei Brasileira nº 8.666/93, principalmente no que se refere ao Artigo 116, para as atividades que serão desenvolvidas no Brasil, e os ditames da legislação italiana para as atividades que serão desenvolvidas na Itália.

3. OBJETO DO INSTRUMENTO 4. PERÍODO DE EXECUÇÃO Objetiva-se o estabelecimento de parcerias internacionais com o INÍCIO: objetivo de viabilizar a cooperação técnica, científica, educacional e cultural entre a UFLA e a UNIPI visando o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão em áreas de interesse mútuo das partes. O objeto deste projeto está relacionado com os objetivos fundamentais para se estabelecer uma relação acadêmica, científica e cultural entre as duas Universidades, em todos os campos de interesse comum.

A partir da data 5 anos após a da última última assinatura assinatura do do Acordo de Acordo de Cooperação Cooperação Internacional Internacional

TÉRMINO:

5. OBJETIVOS

Determinar o número de vagas por ano para mobilidade durante a vigência do Acordo Geral celebrado. As instituições acordam que tais números serão divididos em cada semestre de acordo com o interesse dos alunos, professores e técnicos administrativos das instituições e de acordo com os procedimentos internos estabelecidos por cada uma. O intercâmbio depende de indicação prévia da instituição de origem e aprovação da instituição de acolhimento, que posteriormente fornecerá ao aluno uma carta de aceitação para fins de visto.

6. RESULTADOS ESPERADOS

Promoção de mobilidades entre a UFLA e a UNIPI a fim de enviar e receber alunos de várias áreas de estudo e de pesquisas para resultar no aprimoramento das suas habilidades intelectuais e técnicas em suas respectivas áreas de conhecimento.

<u> </u>					
III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO					
ETAPA / FASE	META 1	ATIVIDADES	DURA Início	ÇÃO Término	
Î	Estabelecimento do número de estudantes para o semestre.	Contato entre as instituições para definir as mobilidades.	Ano 1	Ano 2	
			DURAÇÃO		
ETAPA / FASE	META 2	ATIVIDADES	Início	Término	
II	Mobilidade estudantil.	Realizar a nomeação e mobilidade estudantil entre as instituições.	Ano 1	Ano 2	
ETAPA / FASE	META 3	ATIVIDADES	DURA Início	ÇÃO Término	
III	Relatório e análise das mobilidades.	As universidades avaliarão os resultados das mobilidades e a	Ano 2	Ano 2	





		continuação da cooperação.		
ETAPA / FASE	META 4	ATIVIDADES	DURA Início	ÇÃO Término
IV	Novos ciclos de mobilidade.	Novo contato para o estabelecimento das próximas mobilidades.	Ano 2	Ano 5
ETAPA / FASE	META 5	ATIVIDADES	DURA Início	ÇÃO Término
V	Atividades de cooperação em	Contato entre as universidades para definição de áreas	moo	Tomino

IV – DECLARAÇÕES 1. DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL NA UFLA Declaro, para os devidos fins de direito, na função de Diretor de Relações Internacionais, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado pelos órgãos competentes da UFLA. 14 <u>de setembro d</u>e 20 Antonio Chalfun Junior SIAPE CPF/MF **DATA** 2. DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL NA UNIPI Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado pelos órgãos competentes da UNIPI. Maria Maneanlla 09 novembre 2021 Paolo Maria Mancarella Nº da identidade **DATA**





INTERNATIONAL ACADEMIC COOPERATION AGREEMENT NO. ___/20__ – UFLA, ENTERED INTO BY AND BETWEEN THE FEDERAL UNIVERSITY OF LAVRAS AND UNIVERSITY OF PISA, AS SPECIFIED BELOW:

By this instrument and in the best form of law, on one side the **FEDERAL UNIVERSITY** OF LAVRAS, legal entity under public law, special autarchy belonging to the Indirect Administration of the Union, created by Act No. 8,956 from December 15, 1994, linked to the Ministry of Education, with headquarters in Lavras, Minas Gerais, Brazil, at the University Campus, registered on the National Register of Corporate Taxpayers' (CNPJ/MF) under No. 22.078.679/0001-74, hereinafter referred to as UFLA, herein represented by its Director of International Relations, Professor ANTONIO CHALFUN **JÚNIOR**, holder of Identity Card no. **The Properties** issued by the Department of Public Security in Minas Gerais (SSP/MG), and Individual Taxpayer Register (CPF) no. using the powers to him delegated in accordance with Ordinance No. 370 of 11/04/2014, and, on the other side, UNIVERSITY OF PISA, with headquarters in the city of PISA, Pisa, Italy, at Lungarno Pacinotti, 43, hereinafter referred to as UNIPI, herein represented by its Rector Pro Tempore Prof. PAOLO MARIA MANCARELLA decide to enter into this INTERNATIONAL ACADEMIC COOPERATION AGREEMENT, which shall be governed by and constructed in all respects in accordance with the Law number 9.394/1996, article 53, item VII, and, as appropriate, by the Federal Act 8,666/1993, other laws on the subject, and the following clauses and provisions for the activities that will be developed and/or carried out in Brazil, and in compliance with the Italian law for the activities that will be developed and/or carried out in Italy.

CLAUSE ONE – SUBJECT MATTER

This Agreement has as its purpose the establishment of an international partnership with the aim of promoting the exchange of students encompassing the undergraduate and graduate levels, and exchange of professors, researchers and administrative technicians between **UFLA** and **UNIPI**.



SUBCLAUSE ONE - In order to achieve the purpose presented in the head of this clause, the parties shall fulfill the Work Plan attached to this instrument, prepared in accordance with current legislation.







SUBCLAUSE TWO - For purposes of this Agreement, it shall be understood as host institution the Party receiving students, professors, researchers and administrative technicians for an exchange period within the scope of this Agreement; and it shall be understood as institution of origin the Party from which the student, professor, researcher or administrative technician participating in exchange program.

CLAUSE TWO – OBLIGATIONS

The parties agree to promote the exchange of students, professors, researchers and administrative technicians from the respective institutions, opportunity in which these will fulfill the activities established in the Work Plan.

SUBCLAUSE ONE – The parties, when acting as the host institution, shall submit to the appropriate body of the institution of origin, at the end of the student's stay, an official document, specifying the activities developed during the period and the assessment received by the student, when applicable.

SUBCLAUSE TWO – The parties undertake to promote the integration of students, professors, researchers and administrative technicians in the academic environment of the host institution as well as to provide support, through their respective International Relations Offices, including assistance in finding housing, guidance and academic support.

CLAUSE THREE – EXCHANGE OF STUDENTS

The students will be selected at their institution of origin in accordance with the criteria of the institution, observing the requirements and specialties of the host institution.

SUBCLAUSE ONE – The students shall pay all registration and tuition fees at their institution of origin, and no fees shall be charged at the host institution.

SUBCLAUSE TWO –The payment of any other activity offered by the host institution that is not a regular course will be the responsibility of the student.

SUBCLAUSE THREE – The students shall be responsible for the payment of rent and fees related to their accommodation and food, their travel expenses and other living expenses.

SUBCLAUSE FOUR – The students shall comply with the regulations and other academic procedures existing at the host institution.





SUBCLAUSE FIVE - Initially, the exchange program shall include at most 3 (three) students per year per part. Students applying for UNIPI will be accepted considering deadlines and procedures defined by the Student exchange programme.





SUBCLAUSE SIX - UFLA's undergraduation students are not allowed to execute any exchange program under the scope of this agreement if:

- a) They have not finished at least 10% of the total courseload of their curriculum;
- b) They are currently in any mandatory internship;
- c) They are enrolled in the last academic semester, when it means the compliance of the maximum deadline for completion.

SUBCLAUSE SEVEN - Annually, the Parties shall define aspects of the exchange program, such as fields of study, courses, academic periods, among others, through a specific Work Plan that has to be approved by the parties according to the internal procedures.

SUBCLAUSE EIGHT - The students must have a comprehensive health insurance plan valid for the period of study in the host country. The students themselves shall be responsible for hiring a health insurance plan.

SUBCLAUSE NINE - The students must have the appropriate visa, which shall be valid for the period of study in the host country.

SUBCLAUSE TEN - The parties, when acting as the institution of origin, shall recognize the academic results achieved by the students at the host institution, based on the work plan that was previously agreed upon between the parties and their academic credit and/or workload.

CLAUSE FOUR- EXCHANGE OF PROFESSORS, RESEARCHERS AND ADMINISTRATIVE TECHNICIANS

The professors, researchers and administrative technicians interested in participating in the exchange program under this clause will be selected in their institution of origin in accordance with the institution's criteria, and observing the requirements and specialties of the host institution.

SUBCLAUSE ONE –The exchange of professors, researchers and administrative technicians shall happen as specified in the work plan attached to this document, defined by mutual agreement between the parties, containing the activities, periods of exchange, funding, coordination, among others aspects.

SUBCLAUSE TWO – The participating professors, researchers and administrative technicians will be responsible for the payment of rents and fees related to their accommodation, and will also be responsible for their travel expenses and living expenses, unless these costs are included in a scholarship granted in the terms of current law.





SUBCLAUSE THREE - Professors, researchers and administrative technicians must have a comprehensive health insurance plan valid for the period of stay in the





host country. The professors, researchers and administrative technicians themselves will be responsible for hiring a health insurance plan.

SUBCLAUSE FOUR - Professors, researchers and administrative technicians must have the appropriate visa, which shall be valid for the duration of their stay in the host country.

CLAUSE FIVE - CIVIL LIABILITY

The host institution does not undertake civil, judicial or extrajudicial liability in relation to any harmful event that may happen to students, professors, researchers and/or administrative technicians who participate in the exchange programs, such as: crimes, misdemeanors, accidents or illnesses of any kind.

SOLE SUBCLAUSE – Civil liability expected as a result of crimes or negligent or harmful actions carried out by servants or employees of the host institution will not constitute the exclusion of liability under the head of this clause.

CLAUSE SIX-SUPERVISION

The parties shall designate their respective International Relations Offices as the supervisors of the activities resulting from this Agreement.

CLAUSE SEVEN – COORDINATION

At **UFLA**, the executive and administrative coordination of the exchange program for undergraduate students shall be the responsibility of the International Relations Office, and the academic coordination shall be the responsibility of a **UFLA** professor specifically appointed for it. At **UNIPI**, the coordination of the exchange program for students, shall be the of the International Relations Office

SOLE SUBCLAUSE – All and any issue derived from the application and interpretation of this Agreement shall be submitted, at first instance, to the discretion of the respective coordinators, who shall strive to overcome the arising differences.

CLAUSE EIGHT – INTELLECTUAL PROPERTY

Any invention, improvement or technological innovation, obtaining a product or process, including the right of economic exploitation of literary or scientific works resulting from the actions taken under this Agreement will be subject to a specific instrument, observing in any case, the applicable legislation.









CLAUSE NINE - FINANCIAL RESOURCES

This instrument does not imply any financial commitment between the parties. Each party will be responsible for the payment of their costs related to any activities that are agreed between them.

SOLE SUBCLAUSE – The compensation of any of the parties to the other is forbidden, as well as the transfer of financial resources between them.

CLAUSE TEN – RECIPROCITY

Each party shall offer to their visiting students, professors, researchers and administrative technicians a similar treatment to that given to their own students, professors researchers and administrative technicians, making it possible for them to access necessary services and recognize their studies performed at the other institution, within the limits of the legislation in both countries.

CLAUSE ELEVEN – TERM

The term of this instrument is 5 (five) years counting from the date of its last signature and may be renewed for further periods by mutual written consent of the parties; however, after the initial period either party may terminate the agreement by giving six months notice in writing of such intent.

CLAUSE TWELVE – AMENDMENTS

This Agreement may be amended, except for its purpose, through the execution of a specific legal instrument by the parties.

CLAUSE THIRTEEN – ORDINARY TERMINATION

Any of the parties may terminate this instrument at any time, regardless of just cause, provided that it communicates to the other party on its intention to terminate at least 60 (sixty) days in advance, fulfilling with the benefits or advantages previously granted and bearing the responsibilities of the obligations undertaken during its respective term.

CLAUSE FOURTEEN – EXTRAORDINARY TERMINATION

Failure to comply with any of the provisions herein is considered a reason for the termination of this International Academic Cooperation Agreement.









CLAUSE FIFTEEN – CONTROVERSIAL POINTS

Controversial points shall be resolved by mutual agreement between the Parties and, if necessary, amendments in written form can be executed, which will make part of this Agreement.

CLAUSE SIXTEEN – SIGNATURE

The Parties expressly agree to use and acknowledge as valid any form of proof of consent to the terms now agreed in electronic format, including electronic signatures from the DocuSign platform (www.docusign.com), observing the security standards of the respective national rules, preserving the guarantee of authorship, authenticity and integrity electronic documents. The formalization of covenants in the above manner agreed will be sufficient for the validity and full binding of the parties to this Agreement.

CLAUSE SEVENTEEN – PUBLICITY

UFLA shall be responsible for publishing the summary of this instrument in the Official Gazette of the Union within the period specified in the sole paragraph of article 61 of Act No. 8,666/93, as well as on its Internal Bulletin

SOLE SUBCLAUSE: **UNIPI** will give publicity to this Agreement in accordance with the laws of Italy.

CLAUSE EIGHTEEN – CONFLICT RESOLUTION

The signatories agree to amicably resolve any dispute arising from the interpretation of this agreement. In case the dispute can not be resolved in the manner indicated above and in relation to the available rights, the matter will be referred to arbitration. Each party will appoint a member of the arbitration panel and another member will be chosen by mutual agreement.

In witness whereof, the parties execute this Agreement in 4 (four) counterparts of equal content and form, being two counterparts in Portuguese and two in English with the same legal effect in the presence of the two undersigned witnesses.

For UFLA

For UNIPI

Lavras, Brazil, 14 de setembro de 2021

Pisa, Italy, 09 novembre 2021

Antonio Chaltun Junior
Director of International Relations

Prof. Paolo Maria Mancarella Rector



FEDERAL UNIVERSITY OF LAVRAS – UFLA OFFICE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS – DRI

Phone: +55 (35) 3829-1858 **- E**-mail: dri@ufla.br



WITNESSES:

Yolkspir Transference Strategy

Name: Noelly Alves Lopes

Document:

PLW (vi Diviz) Lastrosopotrous

Name: Pedro Ivo Diniz
Document:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DRI (OFFICE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS)

Phone: +55 (35) 3829-1858 -E-mail: dri@ufla.br



WORK PLAN

I - REGISTRATION DATA

TYPE OF INSTRUMENT:2

INTERNATIONAL COOPERATION AGREEMENT

		PARTICIPANT	1		
1. TYPE	2. BUSINESS NAME	2. BUSINESS NAME			
Participant	FEDERAL UNIVERSI	TY OF LAVRAS	8	22.078.679/0001 - 74	
4. ADDRESS:	•				
Campus Universitá	rio da UFLA				
5. CITY/STATE:		6. ZIP CODE	7. PHONE	8. FAX	
Lavras/MG		37.200-900	(35) 3829-1502	(35) 3829 1502	
9. NAME OF THE LEGAL RE	PRESENTATIVE			10. CPF/MF	
Antonio Chalfun	Júnior				
11. ID NUMBER	12. ISSUING BODY	13. POST		14. DATE EXP. MANDATE	
	SSP/MG	Director of International Relations		05/30/2024	
15. E-MAIL				16. SIAPE NUMBER	
dri@ufla.br					
		PARTICIPANT	2		
1. TYPE	2. BUSINESS NAME				
Participant	UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PISA (UNIPI)				
3. ADDRESS:	10				
Lungarno Pacinotti	, 43				
4. CITY/STATE:		5. ZIP CODE	6. PHONE	7. FAX	
Diag Halv		E0400	1 100 050 0040000		

3. ADDRESS:			
Lungarno Pacinotti, 43			
4. CITY/STATE:	5. ZIP CODE	6. PHONE	7. FAX
Pisa, Italy	56126	+39 050 2212380	
	<u> </u>		
8. NAME OF THE LEGAL REPRESENTATIVE			9. ID NUMBER/PASSPORT
Paolo Maria Mancarella			
10. POST			11. DATE EXP. MANDATE
Rector Pro Tempore			31/10/2022
12 E-MAIL			
and a most time of the control of			

cooperations@unipi.it

II - PROPOSAL DETAILS

Cooperation Agreement between the Universidade Federal de Lavras (UFLA) and the University of Pisa (UNIPI).



This work plan, referring to the International Academic Cooperation Agreement concluded between UFLA and UNIPI is justified insofar as it reaches the plurality of meanings ascribed to "public interest", this being the personal interest of a subject or a group of subjects who act as "participants in a larger community to which they belong". In this sense, it refers to the interest of students, professors, and researchers in benefitting from the interchange between the parties.

Public interest is also related to the interest of the State concerning Public Administration and it is also included in this proposal that meets UFLA's interest as special authority member for Indirect Administration of the Federal Government in intensifying its policies for internationalization.

Finally, we highlight the interpretation of public interest as a warranty of fundamental rights, one of which being social rights. The proposed agreement is relevant since it causes effects on interests regarding education (social rights established in the article 6 of the Constitution of the Federative Republic of Brazil in 1988), enabling initiatives of formation and production of knowledge.

The hereby Work Plan follows, as applicable, the precepts of the Brazilian Law no. 8.666/93, for the activities that will be developed and/or carried out in Brazil, and in compliance with the Italian law for the activities that will be developed and/or carried out in Italy.

3. OBJECT OF THE FORMAL INSTRUMENT	4. PERIOD OF	EXECUTION
The establishment of international partnerships in order to enable	BEGINNING:	END:
technical, scientific, educational, and cultural cooperation between UFLA and UNIPI aiming at the development of activities related to teaching, research, and extension in mutual fields of interest of the parties. The goals of this project are related to the fundamental goals of establishing an academic, scientific, and cultural relationship between both Universities, in all fields of common interest.	From the date of the last signature of the International Cooperation Agreement	5 years after the date of the last signature of the International Cooperation Agreement

5. OBJECTIVES

To settle a number of vacancies per year for mobility during the term of the General Agreement signed. The institutions hereby agree that such numbers will be divided in each semester according to the interest of students, professors and technical administratives and the institutions and according to the internal procedures established by each partner institution. The exchange depends on the prior nomination by the origin institution and approval by the host institution, which will later provide the student with an acceptance letter for visa purposes.

6. EXPECTED RESULTS

Promoting exchange of students between **UFLA** and **UNIPI** aiming at sending and receiving students from various fields of studies and research to enhance their intellectual skills and techniques in their field of knowledge.

III - IMPLEMENTATION SCHEDULE

STAGE/PHASE	GOAL 1	ACTIVITIES		RATION
OTACLI TIACL	OOALI		Beginning	End
I	Establishing the number of exchange students per semester.	Contact between the institutions to settle the number, period and aspects related to mobility.	Year 1	Year 2
STAGE/PHASE	GOAL 2	ACTIVITIES	DU Beginning	RATION End
II	Exchange of students.	Pursuant to prior nomination, students are going to the other institution for studies.	Year 1	Year 2
STAGE/PHASE	GOAL 3	ACTIVITIES		RATION
			Beginning	End
III	Report and analysis of mobility.	Universities will evaluate the results of the mobilities and the continuation of the cooperation.	Year 2	Year 2
STAGE/PHASE	GOAL 4	ACTIVITIES	DU Beginning	RATION End





Prof. Paolo Maria Mancarella

IV	New mobility cycles.	New contact for the establishment of the next mobilities.	Year 2	Year 5		
	DURATION DURATION					
STAGE/PHASE	GOAL 5	ACTIVITIES	Beginning	End		
V	Cooperation activities in joint research.	Contact between the universities to define common areas of interest for joint research.	Year 1	Year 5		
IV - STATEMENTS 1. STATEMENT BY THE LEGAL REPRESENTATIVE AT UFLA I declare, for all due purposes of law, that this Work Plan was examined and approved by the Competent Bodies within the UFLA institution.						
14 de setembro de 2021						
Prof. Antonio Chalfun Júnior CPF/MF DATE						
2. STATEMENT BY THE LEGAL I declare, for all due p Bodies within the UN	ourposes of law, that this Work F	Plan was examined and a	approved by	the Competent		

09 novembre 2021

DATE

Id Number